



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 14/2020

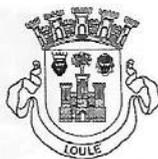
Sessão Extraordinária de 15 de Outubro de 2020

Aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala de Reuniões da Assembleia Municipal, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, na Praça da República, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O Deputado Municipal do PSD, Ricardo Manuel Casanova Lampreia.-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente que não iria participar na reunião.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos

1-Intervenção do Público;-----

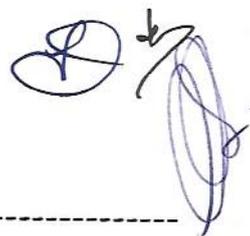
2-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

3-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 41/2020- Aprovação do Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, nos termos da alínea ccc) do n.º1, do art.º33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, relativa à aprovação da minuta do Acordo de Colaboração, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P e o Município de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1403-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1-Intervenção do Público*;

Neste período foi feita a leitura do email enviado pelo cidadão **António Paulino**, felicitando o Executivo Camarário, pelas obras levadas a cabo nos últimos tempos na zona de Quarteira/Vilamoura, com destaque para o Passeio das Dunas e respetiva ligação à Marina de Vilamoura e para a requalificação da Rua da Comporta, dando um forte contributo para tornar mais aprazível a vida dos residentes e a estada dos visitantes.

Neste contexto sugeriu que fossem incluídas no debate desta sessão, nomeadamente na zona da Quinta do Romão na Rua Diamantino Baltazar e na Rua da Comporta a substituição da atual numeração dos lotes por números de polícia e nessas artérias fossem colocados dispensadores com sacos adequados para a recolha para os dejetos dos cães e publicitação das penalidades atribuídas, a quem não cumpra as disposições legais. Sugeriu ainda que na Rua da Comporta a retirada dos candeeiros de iluminação pública duplicados devido à coexistência dos novos com os antigos.

Foi feita a leitura do email enviado pelo cidadão **Eduardo Correia**, referindo que no âmbito da situação epidemiológica que afeta o nosso concelho, e que sugere que se aposte no incentivo à construção civil, como já foi feita pela CML e que essa situação deveria ser acompanhada pela alteração do PDM, há muito desejada pelos louletanos e suas freguesias. Questionou o que pode ser feito a esse respeito e enviou em anexo o pedido de alteração do PDM, nos Malhadais na Rua do Pintassilgo, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé para que possa ser analisado, onde já existe construção com acesso a luz e a água.

Por ultimo procedeu-se à leitura do email enviado pela cidadã **Helena Baião**, onde formula uma questão ao Senhor Presidente da CML; se tem presente na sua memória, as pretensões de um casal norueguês relativamente a um terreno na zona do Ludo, de que são possuidores e permitam aos vendedores a um grupo de investidores, se pode explicar em sede de Assembleia Municipal, quais são essas pretensões e em que ponto se encontra o respetivo processo e se é verdade que o adiamento por 28 meses, a ser deferido da revisão do PDM, se deve sobretudo à inclusão deste importante documento de gestão do território de interesses particulares, que umas vezes beneficia uns e prejudica outros, como é voz corrente no concelho de Loulé.

Questionou também se já foi informado do resultado das diligências efetuadas pela Polícia Judiciária recentemente na Câmara Municipal de Loulé.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para responder às questões colocadas, foi cedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por responder ao cidadão António Paulino, agradecendo o reconhecimento da excelência da intervenção pública feita na ligação entre Quarteira e Vilamoura.-----

Agradeceu o registo positivo.-----

Disse que iria averiguar junto dos serviços sobre a questão dos dispensadores para os dejetos dos cães com a publicitação das multas a aplicar. Esse problema que colou é extensível não só à Quinta do Romão como a Loulé e a outros locais. Nem todos os donos de animais de companhia, sobretudo os cães, têm esse cuidado e essa atenção em relação aos seus animais. Têm sido colocados dispensadores com sacos para recolha das fezes dos animais e se os que existem são poucos irão ser colocados mais.-----

Em relação aos candeeiros essa questão será igualmente analisada no local, para ver qual a razão para a duplicação dos candeeiros, situação colocada pelo cidadão António Paulino.-----

Relativamente às questões que dizem respeito ao PDM, serão respondidas pela Senhora Vereador Heloísa Madeira.-----

Sobre a questão colocada pela cidadã Maria Helena Baião, disse desconhecer quaisquer diligências que tenham sido recentemente efetuadas pela Polícia Judiciária na CML. Há pedidos normais de informação sobre processos da mais variada natureza e pelas mais variadas razões muitas delas totalmente alheias ao trabalho da Edilidade. Acontece muitas vezes realizarem perguntas no âmbito de outras inquirições pedem informações à Câmara que prontamente colabora com a Polícia Judiciária. Disse ainda que não tem, nem tem que ter, informação da parte da PJ, sobre essas situações, que ocorrem, e que são c processos de outra natureza e, que fique bem claro, não houve quaisquer diligências recentemente efetuadas pela Polícia Judiciária na Câmara Municipal de Loulé.-----

Em seguida usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que respondeu à questão colocada pelo munícipe Eduardo Correia, relativamente ao processo de Revisão do PDM, e à entrega de um pedido específico para reconversão de um terreno, de que é proprietário, em terreno urbano, todos esses pedidos e todos esses requerimentos, serão analisados com critérios no momento próprio. O processo de Revisão do PDM está em curso, brevemente haverá uma proposta e todos os pedidos serão analisados.-----

A infraestruturização dos terrenos, isso é uma matéria muito importante, será decisiva para ver se um terreno será revalidado para urbano ou permanecerá em solo rústico.-----

Em relação à questão colocada pela munícipe Helena Baião, sobre a questão do adiamento por 28 meses do procedimento da revisão do PDM, informou que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

prorrogação do prazo para a revisão do PDM, foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara em 24 de Junho de 2020, por isso não se trata de uma questão de deferimento ou não deferimento.-----

Este assunto foi não só debatido e escrutinado na Comissão Especializada de Ordenamento do Território e Urbanismo desta Assembleia, mas também objeto de apreciação por esta Assembleia Municipal e tal prorrogação, deve-se à impossibilidade de conclusão do referido procedimento dentro do prazo inicialmente previsto, que, porque só pode ser prorrogado uma vez, aproveitou-se para prorrogar por o máximo de tempo possível. Esta situação de atraso, deve-se em grande medida às constantes alterações no enquadramento legislativo e regulamentar.-----

A atual situação de pandemia, impede e dificulta em grande medida a necessária interação e coordenação com as múltiplas entidades envolvidas num processo desta natureza.-----

Em relação à velada insinuação sobre a Câmara Municipal prejudicar uns em benefício de outros, a única resposta que pode dar é; o sentido das decisões que têm vindo a ser tomadas por este Executivo em matéria de Ordenamento do Território, tanto à determinação de medidas preventivas como à emissão de pareceres desfavoráveis a projetos de grande e por vezes desconhecido impacto ambiental no território, na defesa das populações e dos interesses públicos do município, e nunca da especulação imobiliária.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Pediu para intervir o Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), que disse querer colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e que tem a ver com o seu Executivo, quer como cidadão, quer como membro desta Assembleia, dirigir a preocupação no que diz respeito ao seu Vice-Presidente, que não tem a ver com a dedicação eventual, ou o empenho do mesmo, mas sim pelo tempo dedicado. Nomeadamente sendo aquele que representa a Câmara Municipal em caso de ausência do Senhor Vice-Presidente, se o Senhor Vice-Presidente, está em tempo parcial no seu Executivo, uma vez que dedica umas horas semanais a lecionar na Universidade Europeia em Lisboa. A sua questão vem no âmbito da dúvida e da preocupação deste município, se caso o mesmo e o seu Executivo, podem contar com o seu Vice-Presidente a tempo inteiro, se o nosso município o merece a tempo inteiro, ou se na verdade é dispensável e então fará o seu trabalho em tempo parcial.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Solicitou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que gostaria de apresentar algumas questões, e dizer que ficou agradado com algumas informações transmitidas e desagradado com outras transmitidas na sessão de 28 de Setembro pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O anúncio da aquisição de um terreno em Benafim, mostra que finalmente estão reunidas condições para a deslocalização do Canil Municipal e construção de um Centro de Recolha de Animais e questionou onde o mesmo se localiza em concreto e se o avanço desta obra não está dependente da revisão do PDM.-----

Referiu ainda que as negociações entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, para a descentralização de competências para as freguesias, estão a decorrer a bom ritmo, fazendo fé nas declarações do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira e questionou para quando está prevista a assinatura do Acordo Final.--

Referiu ainda que a Deputada do BE, quando questionou sobre os pedidos de informação e requerimento na ultima sessão, o Senhor Presidente da Câmara sentiu-se incomodado e não respondeu às questões colocadas, acusando a oposição de fazer perguntas difíceis e de grande detalhe e que na realidade não respondeu a requerimentos a questões simples e a questões complicadas, alguns datados a 2017/2018.-----

No Estatuto do Direito da Oposição, obriga a Câmara a responder num tempo útil de 15 dias aos requerimentos e questões apresentadas, sejam elas de forma escrita ou forma oral.-----

Fez referência à forma como o Senhor Presidente da CML, assumiu como sua, uma situação que foi realmente de iniciativa do BE, que foi a participação que fez à GNR e que deu origem a um Auto de um atentado ambiental da ALGAR, onde esta depositava os lixiviados no Almargem.-----

Para terminar fez algumas observações sobre a faturação da água com cálculo de 2 meses, como está a ser feita prejudica os cidadãos. Deverá ser feita mensalmente mediante leitura feita pelo consumidor ou por funcionário camarário e assim deste modo haveria algum equilíbrio.-----

Solicitou a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse iria endereçar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma sugestão e um pedido de esclarecimento. Fez uma antevisão de que os próximos meses serão muito duros para a economia do município, trágico para os níveis de desemprego no município, onde muitas pessoas irão passar dificuldades e nesse sentido questionou o Executivo, se já existe algum Plano de Contingência, que vise atenuar os efeitos que possam advir desta crise que irá provavelmente surgir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Departamento de Urbanismo um dos mais importantes, mais energéticos do município, sendo que é aquele que tem a capacidade de proporcionar investimento e desenvolvimento económico e saber que na realidade o Departamento está debilitado.-----

Questionou sobre a situação do Mercado de Quarteira, no novo Plano para a realocação do mesmo, que é quase um Mercado centenário, a situação em que opera é muito difícil quer a nível de higiene, quer a nível de distanciamento. Questionou sobre o ponto de situação da Circular Norte e que irá retirar grande parte do trânsito e reduzir o nível de contaminação libertado pelos gases dos veículos.-----

Formulou uma proposta que já tinha apresentado há 2 anos atrás, e que não foi acatada e neste sentido, atendendo às circunstâncias, propôs que seja suspenso o estacionamento tarifado em todo o município no período entre 15 de Outubro e 30 de Março do próximo ano, para atenuar o efeito de proveitos dos comerciantes, que os comerciantes sentem, quer na cidade de Loulé, Almancil e zona de Vilamoura.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referindo-se ao estado de contingência em que vivemos, e em linha do que tem vindo a ser as orientações do Governo, as medidas que têm advindo dos referentes estádios no âmbito da pandemia, afirmar que o concelho de Loulé não vive numa ilha e as medidas do Governo da República, são as possíveis, nada é suficiente e do ponto de vista do que é o suporte complementar no apoio ao comércio, os transportes urbanos gratuitos. No que respeita ao estacionamento é uma medida que tem que ser ponderada e acompanhada pelo que se passa na nossa região.-----

Neste contexto, apela a que haja alguma convergência para fazer face a este momento em que vivemos, o Executivo está atento e continua na senda nos apoios que tem dado às populações.-----

Disse não ver nenhuma inconformidade e ilegalidade um membro do Executivo, no caso concreto o Vice-Presidente dar aulas em tempo parcial numa Universidade porque no exercício da política, há que ter uma atitude pedagógica no sentido de elevar cada vez mais a arte da política com nobreza e com ética.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, começando por questionar relativamente à Proposta da Junta de Freguesia de Quarteira, que propôs ao Senhor Presidente da Câmara, um programa de descentralização no valor aproximado de cerca de 5 milhões de euros. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se entende que em Quarteira não existem condições para gerir esse dinheiro, ou se Quarteira não se merece esse tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

investimento através da Junta de Freguesia, sendo essa gestão feita por Contrato-Programa.-----

Nos próximos 6 meses poderão surgir problemas gravíssimos e o PSD estará disponível para colaborar nas melhores soluções para a economia local para atenuar os problemas graves.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que como partido responsável têm de ser tomadas decisões rápidas e nesse sentido é de referir a ausência deste Executivo em relação às soluções económicas que deveriam ser tomadas para minimizar esses efeitos. O PSD deixa uma Proposta para que junto da comunidade empresarial poderá servir de elemento de esperança para um futuro melhor.-----

Precisamos de decisões rápidas, para o momento.-----

O Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, teceu algumas considerações em relação à fatura da água, que deveria ser mais uniforme todos os meses sem que haja uma disparidade significativa de valores, no que respeita a estimativas, pelo que referiu que a comunicação da leitura real ajuda muito na harmonização da fatura.-----

Reconhece que tem sido feito muito mas é preciso ainda mais no apoio à economia local.-----

Posteriormente o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, enalteceu o trabalho que este Executivo tem feito ao longo do seu mandato, e ainda com mais afinco neste seu último ano de mandato, e referiu que lhe custa estar sempre a ouvir em todas as reuniões, a oposição, na pessoa do Senhor Deputado Mário Botelho, que conseqüentemente lança o "bota abaixo" ao Executivo.-----

Deveria apresentar Propostas reais que permitissem ajudar e apoiar aquilo que o Executivo não faz "tão bem" e o que terá de fazer.-----

Mais uma vez pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que comentou a intervenção do Deputado Márcio Fernandes, que na sua opinião os argumentos que evocou são fracos e dessa forma não presta um serviço de valor ao município de Loulé.-----

Fez uma intervenção o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, disse não concordar com a atitude da oposição, e que não o façam de uma forma ofensiva e deselegante mas que seja feita de uma forma construtiva, porque este Executivo está a fazer o melhor que pode.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Depois usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que teceu algumas considerações sobre a descentralização de competências.-----
Referiu que uma operação destas tem que ser progressiva, a melhoria do serviço público passa pela descentralização de competências, alguns serviços podem ser transferidos para as Juntas de Freguesia, para conseguir resolver os anseios das pessoas com mais rapidez, para resolver os problemas das pessoas e melhorar o serviço público que é prestado. Não se pode simplificar uma operação destas, porque há que planificar progressivamente.-----

Para responder às questões solicitadas, foi primeiramente dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que referiu que a questão que já foi dada ao Senhor Deputado Carlos Martins relativamente à interrupção do caminho da Quinta da Ombria, esclareceu que a intervenção naquele caminho estava prevista e incluída nas obras da urbanização no âmbito do Plano de Pormenor da Quinta da Ombria.-----

Rapidamente tentou-se encontrar uma solução, fazer-se a intervenção no caminho, desimpedindo e mantendo o acesso desse caminho por forma a manter o acesso desse caminho público. Foi dito aqui que a intervenção naquele caminho, estava no âmbito das obras de urbanização da Quinta da Ombria e deve constar em Ata. O caminho foi desimpedido em articulação com todos os serviços e com o promotor.-----

Sobre a questão colocada pelo Deputado Mário Botelho, sobre a situação do Departamento de Urbanismo, surgiu um novo organograma com a constituição de uma remodelação do Departamento, nomeadamente com a constituição mais ágil de Unidades Operacionais, com a criação de serviços que vão permitir a criação de uma figura chamada Gestor de Procedimento, para ser interlocutor entre os munícipes e facilitar os procedimentos urbanísticos e de licenciamento que ocorrem na Câmara.-----

Para uma intervenção o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, prestou esclarecimentos sobre as questões que foram apresentadas, nomeadamente sobre a fatura mensal da água, neste momento está aberto um concurso de admissão de pessoal para as leituras de contadores para que as leituras passem a ser mensais.-----

Em relação à questão sobre a suspensão do estacionamento tarifado de 31 de Outubro a 31 de Março, assim o município está a resolver com o mesmo método que o Governo está a fazer, um Programa de Ação para a Gestão da crise social. A Proposta que o Deputado Mário Botelho fez, poderá eventualmente ou não estar englobado dentro daquilo que é a Proposta Global.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Tudo o que é processo de negociação e metodologias que estão agora a ser trabalhadas faz parte de um processo que será discutido e poderá ser até alterado pelas estruturas deliberativas, e, neste caso, pelo órgão deliberativo e em breve surgirá essa Proposta, tal como foi referido: na próxima Assembleia.---
Por último, sobre a sua situação, disse que cabe ao Senhor Presidente da Câmara Municipal toda a questão relacionada com as funções que atualmente exerce, mas não pode deixar de referir que do ponto de vista pessoal e institucional, tal como já referiu várias vezes toda esta situação não porá em causa nem o trabalho nem a lealdade e solidariedade com os munícipes e com a CML e que poderão contar com a sua presença nas funções que lhe foram atribuídas até ao final deste mandato.-----

Para complementar as respostas às questões colocadas, fez uma intervenção o Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que nunca foi colocado em causa, a dedicação e o trabalho exigente, na questão da gestão financeira da Câmara que tem sido excelente tanto no 1º mandato como neste 2º mandato. O trabalho desempenhado pelo Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, foi autorizado para tal pelo Presidente da Câmara Municipal. A Lei permite a acumulação de funções para poder dar 4 horas semanais aulas numa Universidade.-----

Neste momento é o Presidente do Conselho de Administração da Infraquinta e não há qualquer incompatibilidade legal, pois fá-lo sem auferir qualquer remuneração.-----

Sobre a questão dos requerimentos, respondeu ao Senhor Deputado Carlos Martins, que tem respondido nas Assembleias, a todas as perguntas, quer por escrito quer oralmente, admitindo no entanto, que por vezes são tantas que alguma possa ficar para trás às vezes por falta de tempo.-----

Por vezes não contabilizam aquelas respostas que não são do vosso agrado, dizendo que não é uma resposta suficiente, mas é a resposta que o Executivo tem para dar e julga adequada à questão colocada.-----

Disse ainda se se existe ainda requerimentos para responder essas respostas com certeza que serão dadas.-----

Fez referencia ao Projeto do Centro Municipal de Acolhimento e Tratamento de Animais, está a avançar desde já, esse esforço da Câmara para encontrar uma solução definitiva para poder ter ali os animais sem incomodar ninguém, terão condições muito melhores e a Câmara de Loulé faz questão de reconhecer e dentro das suas possibilidades, e pode ser construído naquele local pois não está nada dependente de revisão do PDM.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sobre as negociações com as freguesias, é um processo novo diferente de freguesia para freguesia, depende as competências que foram solicitadas pelas freguesias.-----

Sobre a intervenção do Senhor Deputado João Guerreiro, sobre a preocupação com a freguesia de Quarteira, a Câmara está a negociar com o Executivo da freguesia com quem deve negociar essa transferência de competências. Houve uma proposta inicial que a CML considerou excessiva e está-se neste momento a negociar para chegar a outros valores, que sejam aceitáveis e justificáveis perante os cidadãos a quem devemos prestar contas.-----

Sobre a intervenção do Deputado Carlos Martins, referiu que já disse várias vezes que foi o BE que mostrou a fotografia de um camião cisterna e que nos trouxe a denuncia de um camião cisterna da Algar a descarregar lixiviados.-----

A democracia assenta no exercício do poder com a oposição e que a mesma é necessária, que contribui com propostas válidas, que escuta e reflete e tudo isso são contributos. A oposição por vezes tem um nível muito baixo e torna-se difícil falar de uma forma adulta e responsável.-----

Foram entregues sugestões para abordar a pandemia com as suas consequências para a comunidade e quando o tratamento é digno de uma democracia que somos, as respostas são dadas à altura, mas quando os comentários e as observações não enquadram naquilo que deve ser o normal da democracia por vezes a resposta não será a melhor. Solicitou que fosse elevado o nível de oposição para o bem de todos.-----

Referiu ainda que nestes últimos meses em tempo de pandemia, tem havido dezenas de reuniões para ouvir as pessoas e as suas sugestões e em muitos casos as mesmas têm sido acolhidas.-----

Sobre o Mercado de Quarteira disse que o projeto atrasou-se 1 ano por causa do estudo da subida das águas do mar, está concluído e em breve irá a reunião de Câmara e será um equipamento público que em muito irá beneficiar a população.--

Teceu ainda algumas considerações sobre a questão da Circular Norte, lembrando que quando o Executivo solicitou que fosse votada uma proposta, no sentido de que se pudesse receber, das infraestruturas de Portugal, a EN 270, porque o Governo não fazia essa obra a proposta veio a esta Assembleia e foi aprovada com os votos contra da oposição.-----

No seguimento foi feito um projeto enviado para parecer das entidades ambientais, a APA deu parecer positivo a um novo projeto da Circular Norte de Loulé para finalmente a mesma se concretizar, com muito esforço, muita dedicação e muito trabalho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para a defesa da honra, solicitou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse não concordar com a afirmação do Senhor Presidente que referiu que a oposição baixou o nível podendo a oposição considerar que devido ao baixo nível e má fé que o Executivo tem feito, não constitui um diálogo normal da democracia.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, no seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Heloísa Madeira, congratulou-se com a mesma, uma vez que todos estamos interessados no desenvolvimento deste município, de uma forma construtiva.-----

Questionou se o Gestor de Processo figura que constava no programa eleitoral do PS em 2013 se será colocado mais uma vez no programa em 2021.-----

Questionou igualmente se o Departamento de Urbanismo, no que respeita ao concurso para arquitetos, haverá análise para poder escolher os melhores?-----

Irá novamente o Departamento de Urbanismo ser entregue a uma pessoa com cartão político e não a um técnico competente?-----

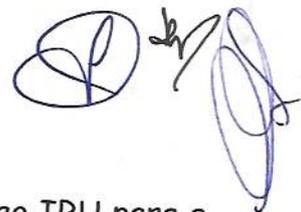
Referiu ainda que o PS deveria tomar decisões imediatas no sentido de defender os interesses económicos e sociais deste município, questões que devem ser tomadas no imediato e não para mais tarde.-----

Passou-se ao ponto seguinte da OT;-----

3-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 41/2020- Aprovação do Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, nos termos da alínea ccc) do n.º1, do art.º33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, relativa à aprovação da minuta do Acordo de Colaboração, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P e o Município de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1403-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para uma apresentação detalhada deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Referindo que é com grande satisfação que trás aqui a esta Assembleia, o Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, para que nos próximos 6 anos se possa resolver o problema habitacional a cerca de 320 agregados familiares e da importância que isso significa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A ultima vez que o município de Loulé apresentou uma candidatura ao IRU para a construção de habitação no concelho de Loulé, já lá vão quase 20 anos, foi em 2001 que isso aconteceu. Passados estes anos, voltou a liderar o Executivo no concelho de Loulé, trazendo uma proposta de maior envergadura para se dar o pontapé de saída para a concretização e materialização da Estratégia Local de Habitação, já apresentada e aprovada por unanimidade.-----

A Câmara Municipal daqui para a frente irá acelerar no sentido de concretizar todas as metas que tem a ver com o desenvolvimento da habitação no concelho de Loulé.-----

Na Constituição da República Portuguesa, no artigo 65.º, define-se claramente o direito dos portugueses a uma habitação condigna, confortável em que possam viver com todas as condições.-----

De acordo com a Lei n.º 75, que regula o exercício e define as competências dos municípios portugueses, é uma atribuição dos municípios portugueses, promoverem a habitação para a população que dela possa estar carenciada.-----

Será aberto concurso para a construção de 17 moradias na freguesia de Salir.----

Em Loulé nos últimos anos foram compradas várias casas degradadas que serão depois reabilitadas algumas delas em prédios habitacionais e algumas frações.----

Igualmente foram adquiridos terrenos para a construção de um empreendimento a custos controlados por todo o território do município na totalidade de 320 fogos.-----

Outras medidas no âmbito desta estratégia dirigidas a segmentos da população de rendimento intermédio que também têm dificuldades a aceder à habitação e início de vida de jovens casais, medida que durará até 2030.-----

O Senhor Presidente no seguimento da intervenção, endereçou um convite aos Senhores Deputados Municipais a tomarem parte nesta cerimónia pública.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que congratulou a Câmara Municipal de Loulé, pela excelente medida implementado, contudo o PSD acha que peca por ser tardia.-----

A habitação é um dos problemas mais sérios do município de Loulé e espera que a curto prazo a mesma possa ser implementada.-----

O Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse concordar com a Proposta Camarária de Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, no entanto solicita alguns esclarecimentos complementares da mesma.-----

Existe um grave problema habitacional no concelho, no ponto de vista da reabilitação urbana, do arrendamento acessível e da oferta pública de habitação por parte da Câmara, constando de uma proposta que foi aprovada nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Assembleia sobre a Estratégia Local de Habitação. A aprovação deste programa vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias abrangidas, embora reconhecendo que o problema da escassez de habitação e das dificuldades de arrendamento abrangem muitas mais famílias, jovens casais com rendimentos insuficientes para comprar e arrendar casa.-----

Questionou sobre a situação do Bairro Municipal, com cerca de 70 anos, com 48 vivendas sem quaisquer condições de habitabilidade e no que depreende da leitura do documento, prevê a construção de prédios, compreende a demolição total das 48 vivendas e construção ou trata-se de reabilitação com adaptação de um novo projeto? E como pensa resolver a questão do realojamento dos moradores que lá habitam.-----

Fez referência aos itens de aquisição de frações e como não é indicado a freguesia a que correspondem, questiona se serão todas em Loulé, Quarteira e Almancil.-----

Por último questionou se o terreno localizado na Expansão Nordeste de Loulé, perto da Sede do Campinense está englobada neste programa, uma vez que foi um terreno deixado para a CML que o atribuiu na altura para uma dependência para o Centro de Saúde, e portanto aquele terreno está disponível para a Câmara, a custo zero, com infra estruturas perto já, e se o mesmo já está englobado neste programa ou de um outro programa a realizar.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referindo que após o 25 de Abril, o PSD fez 7 mandatos em 24 anos, o PS fez 5 mandatos em 22 anos e o maior movimento de construção social, foi o movimento cooperativo, a Cooperativa 26 de Junho com a presidência do Carlos Martins e a Cooperativa Nova Terra com a sua presidência, isto na cidade de Loulé e em Quarteira o Bairro da Checul.-----

Referiu que pelo trabalho que o Executivo tem colocado neste projeto que é sustentável, ao longo da evolução do projeto o Executivo fará o relatório e das medidas em concreto a tomar. Corrigiu a intervenção feita pelo Deputado do PSD, sobre as moradias em Salir, não é recuperar mas sim construir 17 fogos.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referiu que esta medida é importante, este Executivo conseguiu pôr de pé uma obra bem necessária para o concelho.-----

Questionou o Executivo sobre o que pensa fazer em termos de habitabilidade dos fogos, qual a responsabilidade das pessoas a quem vão ser dadas as casas, se irá ser feita uma verificação camarária através de inspeção às condições destas casas que vão ser distribuídas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Usou da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que congratulou a Câmara Municipal por esta Proposta de Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, que em boa hora chegou para a resolução das graves deficiências de habitação no concelho de Loulé. As condições financeiras da mesma são extremamente vantajosas e questionou sobre qual o tipo de bonificação, os valores vão-se manter baixos e haver aqui uma situação extremamente vantajosa.-----

Para uma intervenção, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, deu os parabéns ao Executivo por se começar a ver o projeto da habitação e da necessidade da mesma para a freguesia de Quarteira, porque existem pessoas todas as semanas a solicitarem ajuda para casas com um preço acessível. Disse ainda que o investimento tem que ser proporcional aquilo que são as necessidades de cada um dos territórios e das suas diferenças.-----

Para responder às questões solicitadas, o Senhor **Presidente da Câmara**, disse ir responder às perguntas colocadas e tecer também algumas considerações.-----

Começou por referir que sobre a intervenção do Deputado Mário Botelho, que se congratulou com esta medida, mas que já tinha vindo tarde, mas que em nome da memória, lembrou que em 2001 foi apresentado no IRU, uma proposta com um Acordo para construir habitação no concelho de Loulé e que foi aceite, para a construção de 101 fogos na altura, com financiamento aceite. Posteriormente desses 101 o PSD, que governou este concelho durante 12 anos e também com muito dinheiro, apenas construiu 57 fogos. Por vezes existem circunstâncias que nos impedem de ir mais rapidamente. Este Executivo quando chegou à Câmara Municipal de Loulé deparou-se com um resgate financeiro no valor de 14 milhões de euros, que teve de ser pago, foi um esforço muito grande e sem técnicos para o efeito. Esta preparação toda, para chegar a esta Estratégia, envolve muita pessoas e tempo despendido na elaboração do documento.-----

Informou ainda que este contrato é relativo ao 1º Direito, e portanto é um contrato específico, mas irão existir mais contratos consoante as candidaturas ao ERU.-----

Relativamente à questão sobre o Bairro Municipal, em momento algum se pensou demolir as vivendas daquelas pessoas mas sim recuperar aquelas 48 casas e ampliá-las, para que possam viver mais pessoas e com melhores condições.-----

A questão do realojamento está a ser ponderado e na altura própria quando houver uma decisão, será tornada pública.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Casas devolutas não existem, existe uma possibilidade de encaixar num dos segmentos do financiamento, onde se poderá construir, recuperar casas e alugar para ceder aos munícipes.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que o PSD construiu 57 fogos, 20 fogos em Quarteira, 31 fogos em Loulé e 6 fogos em Salir.-----
Acredita que o PS tem as melhores intenções para o município, para que se ultrapasse este problema da habitação.-----

O Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, teceu algumas considerações sobre a taxa ao crédito bonificado, este prevê-se empréstimo bonificado com um prazo máximo de 20 anos, spread a 6 meses, atualmente com a TAEG de 0,7, sendo um bom empréstimo com boas condições.-----

O Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, disse que já vai sendo habitual as incapacidades do atual Executivo serem normalmente justificadas com o passado e já é tempo do mesmo não ser apontado como justificação.-----
Toda a gente é a favor deste projeto, que vem aqui hoje a discussão, e este é o primeiro passo para a construção da 1ª habitação social do concelho de Loulé deste Executivo e já passaram praticamente 2 mandatos e que vem preencher uma lacuna grave, no que se passa em termos de habitação no concelho de Loulé.-
Disse ainda que era importante que em Loulé existisse uma Unidade de Saúde que desse apoio às pessoas mais debilitadas e mais idosas e que não tivessem a necessidade de se deslocar ao atual Centro de Saúde, tendo sido essa a sua perspetiva quando foi cedido aquele terreno, mas não foi essa a visão do atual Executivo nem da atual Administração Regional de Saúde o que respeita, mas continua a defender que a sua decisão na altura teria sido muito mais interessante para a cidade de Loulé e para os idosos do concelho de Loulé.-----

Para uma intervenção final, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que disse que a lacuna da habitação já existia antes, não começou agora, a verdade é que o Governo PSD em 12 anos, num Acordo de 101 habitações, apenas executou 57 e não deixaram nenhum Acordo nem nenhum Plano e este Executivo teve de realizar este Plano do zero para chegar até aqui.-----

Disse ainda que existe um projeto, praticamente concluído, da nova Unidade de Saúde Familiar junto ao atual Centro de Saúde. O interesse deste Executivo é dar um serviço à altura das necessidades desta cidade, uma Unidade moderna, vai ter as instalações do ACES Central, uma Unidade de Cuidados à Comunidade e um Centro de Saúde, ligado à Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à votação;-----

a)- Proposta 41/2020- Aprovação do Acordo de Colaboração entre o Município de Loulé e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Programa 1.º Direito, nos termos da alínea ccc) do n.º1, do art.º33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, relativa à aprovação da minuta do Acordo de Colaboração, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P e o Município de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1403-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

